

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal do ABC Auditoria Interna

Av dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7588 auditoria@ufabc.edu.br

Comunicação Interna nº 027/2018/AUDIN

PROTOCOLO

Santo André, 19 de julho de 2018.

Ao Magnífico Reitor

Assunto: Encaminhamento do Relatório Final de Auditoria nº 2018004

- 1. Tendo em vista a conclusão dos trabalhos de auditoria **na Gestão Patrimonial,** realizados no formato de consultoria e com a participação de servidores da Auditoria Interna (AUDIN) e da Pró-reitoria de Administração (ProAd), encaminhamos via do Relatório Final nº. 2018004 para conhecimento.
- Colocamo-nos à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas quanto aos assuntos ora tratados.

Atenciosamente,

Patricia Alves Moreira

Gerente da Auditoria Interna em substituição

Universidade Federal do ABC

× 2

Section 1971 Secti

en la producció constituido describido de la constituida del constituida de la const

8:





Relatório AUDIN nº 2018004 – elaboração conjunta com os gestores UNIDADE(S) ENVOLVIDA(S): Pró-reitoria de Administração (PROAD)

Ação nº 14 do PAINT 2018: Consultoria na Gestão Patrimonial

rimonial

ESCOPO DOS EXAMES

Os trabalhos em campo transcorreram no período de 16/04/2018 a 21/06/2018, por meio de reuniões para discussão de conceitos pertinentes a governança e gerenciamento de riscos, a fim de estimular o processo de autoavaliação de controles-chave relativos aos registros e guarda do patrimônio móvel da UFABC. Diferentemente de uma auditoria tradicional, o *Control Self Assessment* (CSA) ou Autoavaliação de Controles promove a avaliação dos riscos e controles por quem executa e/ou dirige o processo examinado, com a participação da auditoria interna na condição de facilitadora do debate com os gestores.

Para tanto, destacam-se as seguintes questões de auditoria:

- I Quais objetivos operacionais, de divulgação ou conformidade devem ser atingidos por meio da gestão do patrimônio móvel da UFABC?
- II Quais riscos relacionados à gestão patrimonial podem comprometer a consecução dos objetivos institucionais?
- III Quais são os controles para mitigar riscos adotados pela gestão patrimonial?
 Quanto aos controles:
 - III.1 estão presentes?
 - III.2 estão funcionando?
 - III.3 são avaliados periodicamente?
 - III.4 são adequados para mitigação dos riscos?

.ЦІ.5 – há necessidade de reformulação?

Cumpre salientar que a metodologia do presente trabalho se baseou em referencial desenvolvido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)¹.

Recebido na PROAD EM 19/07/18 às 19/20 POR Secto

Página 1 de 18

¹ Processo de AAC da Auditoria Interna, 1ª versão, ANAC, 2017.





2. OBJETIVOS DO MACROPROCESSO OBJETO DA AUTOAVALIAÇÃO

CAOF OBJETIVO MINIDA en ana	PROCESSO	CATEGORIA DE OBJETIVO	
Constituir uma base de dados patrimoniais sólida.	Inventário	Operacional, divulgação e conformidade	
 Garantir o ingresso e o acondicionamento do material em local previamente designado pela instituição. 	Recebimento	Operacional e conformidade	
 Garantir um local adequado para armazenamento dos bens permanentes de forma temporária. 	Armazenamento	Operacional	
4) Atender às demandas por bens patrimoniais para as finalidades institucionais.	Alocação	Operacional	
5) Realocar bens patrimoniais para atender às demandas institucionais, observando o cumprimento das formalidades indispensáveis.	Movimentação	Operacional e conformidade	
6) Zelar pela devida guarda e conservação do patrimônio público.	Apoio e esclarecimentos sobre a responsabilidade patrimonial	Operacional e conformidade	
 Realizar a transição dos bens de uso da seção na mudança do dirigente. 	Inventário de transferência	Operacional	
8) Atribuir destinação e a disposição final adequadas aos bens móveis.	Desfazimento	Operacional e conformidade	

OBJETIVOS	DEFINIÇÃO SEGUNDO O COSO 2013		
Operacional	Relaciona-se à eficácia e à eficiência das operações da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e a salvaguarda de perdas de ativos.		
Divulgação	Relaciona-se a divulgações financeiras e não financeiras, internas e externas, podendo abranger os requisitos de confiabilidade, oportunidade, transparência ou outros termos estabelecidos pelas autoridades normativas, órgãos normatizadores reconhecidos, ou às políticas da entidade.		
Conformidade	Relaciona-se ao cumprimento de leis e regulamentações às quais a entidade está sujeita.		

Fonte: COSO 2013 - Controle Interno Estrutura Integrada.





3. AUTOAVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A autoavaliação de controles foi realizada com base nos modelos conceituais dispostos na ABNT NBR ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos; no sistema de controles internos constituído pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), em maio de 2013; bem como na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

A presença e o funcionamento dos componentes do controle interno foram avaliados pelos gestores do processo, com o apoio da Auditoria Interna. Os resultados da autoavaliação estão apoiados nos 05 (cinco) componentes previstos no COSO 2013 e controles gerais derivados dos seus 17 (dezessete) princípios, sintetizados no quadro a seguir:

Item	Componentes de controle		
1.	AMBIENTE DE CONTROLE		
1.1.	Conhecimento e comunicação de comportamentos e de condutas esperadas das pessoas na execução do processo.		
1.2.	Supervisão do desenho, da implementação e do desempenho do processo realizada, de forma independente, pelo responsável pela fixação dos objetivos.		
1.3.	Definição da estrutura organizacional, do nível de subordinação e da autoridade e responsabilidade para a execução do processo.		
1.4.	Identificação do quantitativo e das competências das pessoas para o alcance dos objetivos do processo.		
1.5.	Estabelecimento de prestação de contas e métricas de desempenho para o processo.		
2.	AVALIAÇÃO DE RISCOS		
2.1.	Objetivos especificados e comunicados com clareza aos gerentes e executores do processo e recursos necessários destinados para o seu alcance.		
2.2.	Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos.		
2.3.	Identificação, avaliação e gerenciamento dos potenciais desvios de conduta das pessoas que podem impactar no alcance dos objetivos fixados.		
2.4.	Identificação, avaliação e gerenciamento das mudanças que podem afetar significativamente o processo.		
3.	ATIVIDADES DE CONTROLE		
3.1.	Seleção e desenvolvimento das atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos fixados.		
3.2.	Seleção e desenvolvimento de soluções e de serviços de TI para apoiar a realização dos objetivos fixados.		
3.3.	Definição das políticas que estabelecem o que é esperado para o processo e dos procedimentos que as colocam em prática.		
4.	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		





Item	Componentes de controle		
4.1.	Obtenção, produção e registro das informações do processo de forma estruturada e organizada.		
4.2.	Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do processo às partes relacionadas ou interessadas.		
4.3.	Comunicação de assuntos do processo ao público externo. (Ex.: resultado, desempenho, expectativa, estatística, cartilha, etc.).		
5.	ATIVIDADES DE MONITORAMENTO		
5.1.	Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.		
5.2.	Comunicação de deficiências no controle interno, em tempo hábil, aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive à estrutura de governança e à alta administração, conforme aplicável.		

4. PLANO DE TRATAMENTO DOS RISCOS

esperado.

Os resultados da autoavaliação de controles, conforme as técnicas e os procedimentos utilizados, permitem contribuir para o aperfeiçoamento da governança, da gestão de riscos e dos sistemas de controles. No processo foram identificados alguns riscos relevantes, necessitando aperfeiçoamento ou adequação de controles, que serão tratados pelos responsáveis por meio de ações mitigadoras.

de ca	01: bens não identificados no local/espaço estabe irga, devido à ausência de conferência pelo re atura do termo de responsabilidade.					
1)	Objetivo relacionado:					
Constit	uir uma base de dados patrimoniais sólida.					
2)	2) Possível consequência:					
Diverg	ência na base de dados patrimoniais.					
3)	Nível de risco inerente (NRI): Muito alto					
4)	4) Tratamento do risco: Situação:					
a.	Conscientizar a comunidade acadêmica da importância da conferência física dos bens patrimoniais e da comunicação, à Divisão de Patrimônio, das divergências porventura existentes entre o físico (verificado) e o	Em implementação				





b.	Orientar os responsáveis por bens patrimoniais (formato e meios de orientação a serem definidos no Plano de Providências).	Em implementação		
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:		
a.	Comparar a base de dados antes e após o inventário.	31/07/2019		
b.	Realizar inventário eventual in loco.	31/03/2019		
6)	Controles COSO 2013 relacionados (ver seção 3 do Relatório):			
•	2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos processo foi estruturado e utilização dos resultados obtio riscos.			
•	3.1. Seleção e desenvolvimento das atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos fixados;			

- 4.2. Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do processo às partes relacionadas ou interessadas;
- 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.
- 7) Nível de risco residual (NRR) esperado:

Alto

Risco 02: bem recebido em local diferente daquele previamente designado, decorrente da falta de conhecimento do servidor sobre os normativos vigentes (IN 205/88; Manual Patrimônio).

1) Objetivo relacionado:

Garantir o ingresso e o acondicionamento do material em local previamente designado pela instituição.

2) Possível consequência:

Prejuízo financeiro devido a danos por mau acondicionamento e/ou desaparecimento.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Muito alto
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Orientar os responsáveis por bens patrimoniais.	Executado e formalizado





5)	Ações de monitoramento:	Prazo:			
a.	Contabilizar todas as ocorrências que geram prejuízos em relação às entradas.	31/07/2019			
b.	Gerar estatísticas para avaliação de tendência.	31/07/2019			
6)	Controles COSO 2013 relacionados (ver seção 3 do Relatório):				
	 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desser riscos; 				
	4.2. Transmissão das informações necessárias para apoi processo às partes relacionadas ou interessadas;	iar o funcionamento o			
•	 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para e o funcionamento dos controles instituídos. 	ara certificar a presen			
7)	Nível de risco residual (NRR) esperado:	Moderado			

Risco 03: Perda da característica temporária do armazenamento, em razão de o bem não ter alocação definitiva, quando o item nunca é retirado.

1) Objetivo relacionado:

Garantir um local adequado para armazenamento dos bens permanentes de forma temporária.

2) Possível consequência:

Bem se torna ocioso e compromete o espaço que poderia ser utilizado para atender a outras demandas.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Moderado
4)	Tratamento do risco:	Situação:
Aceitar o risco, pois os níveis de probabilidade e impacto relacionados ao evento de risco não justificam medidas de tratamento.		-
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:
	Não se aplica.	Não se aplica





6)	Controles COSO 2013 relacionados (ver seção 3 do	Relatório):
	Não se aplica.	
7)	Nível de risco residual (NRR) esperado:	Moderado

Risco 04: ociosidade de materiais permanentes, após definição de sua alocação, decorrente de falha no dimensionamento das reais necessidades.

1) Objetivo relacionado:

Atender às demandas por bens patrimoniais para as finalidades institucionais.

2) Possível consequência:

Item que poderia ser utilizado por outro setor fica ocioso, podendo criar situações de novas compras desnecessárias.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Moderado	
4)	Tratamento do risco:	Situação:	
a.	Verificar disponibilidade do NTI em criar um fórum ou um <i>site</i> para cadastro e disponibilização dos itens ociosos, sem interferência do setor de patrimônio.	A implementar	
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:	
a.	Quantificar os acessos e o número de "barganhas" realizadas por meio da sistemática a ser adotada.	31/03/2019	

6) Controles COSO 2013 relacionados (item 3 do Relatório):

- 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos;
- 3.2. Seleção e desenvolvimento de soluções e de serviços de TI para apoiar a realização dos objetivos fixados;
- 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.

7)	Nível	de	risco	residual	(NRR)	esperado:
----	-------	----	-------	----------	-------	-----------

Baixo

Página 7 de 18





Risco 05: movimentação de bens desprovida de prévia ciência necessária, devido a desinformação ou desinteresse do usuário com relação à necessidade de comunicação prévia.

1) Objetivo relacionado:

Realocar bens patrimoniais para atender às demandas institucionais, observando o cumprimento das formalidades indispensáveis.

Possível consequência:

Bens não identificados no local/espaço estabelecido no documento de carga.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Muito alto
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Exigir o Termo de Movimentação (hoje solicitado pela segurança) ao passar pelas portarias.	Executado
b.	Conscientizar a comunidade acadêmica da importância do registro das movimentações e das consequências e responsabilidades envolvidas.	Em implementação
c.	Revisar o Manual de Patrimônio.	Em implementação
d.	Institucionalizar o Manual de Patrimônio, por meio de Portaria, bem como realizar ampla divulgação dos procedimentos contidos naquele documento.	A implementar
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:
a.	Comparação dos itens em dado espaço antes e após um inventário eventual <i>in loco</i> .	31/07/2019

- 1.1. Conhecimento e comunicação de comportamentos e de condutas esperadas das pessoas na execução do processo;
- 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos;
- 3.1. Seleção e desenvolvimento das atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos fixados;





- 3.3. Definição das políticas que estabelecem o que é esperado para o processo e dos procedimentos que as colocam em prática;
- 4.2. Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do processo às partes relacionadas ou interessadas;
- 5.1. Realização de avaliação contínua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.

Nível de risco i	residual	(NRR)	esperado:
------------------------------------	----------	-------	-----------

Moderado

Risco 06: Preenchimento com informações imprecisas da solicitação de movimentação, decorrente de falha na digitação dos dados patrimoniais pelo requisitante.

1) Objetivo relacionado:

Constituir uma base de dados patrimoniais sólida.

Possível consequência:

Divergência na base de dados patrimoniais.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Muito alto
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Comparar os dados enviados com os dados no sistema e solicitar correção.	Executado
b.	Caso persista, realizar visita ao local para validação dos dados em relação ao físico e posterior atualização do sistema.	Executado
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:
a.	Comparação dos itens em dado espaço antes e após um inventário eventual <i>in loco</i> .	31/07/2019

- 6) Controles COSO 2013 relacionados (item 3 do Relatório):
- 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos;
- 3.1. Seleção e desenvolvimento das atividades de controle que contribuem para a





redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos fixados;

 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.

7) Nível de risco residual (NRR) esperado:

Moderado

Risco 07: Perda de bens ocasionada por negligência do responsável pela guarda e/ou utilização do bem.

1) Objetivo relacionado:

Zelar pela devida guarda e conservação do patrimônio público.

2) Possível consequência:

Prejuízo às atividades institucionais e ao erário.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Moderado	
4)	Tratamento do risco:	Situação:	
a.	Conscientização da comunidade acadêmica da importância da conservação do item.	Em implementação	
b.	Orientar os responsáveis por bens patrimoniais (formato e meios de orientação a serem definidos no Plano de Providências).	Em implementação	
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:	
a.	Gerar estatísticas para avaliação de tendência.	31/12/2019	

- 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos;
- 4.2. Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do processo às partes relacionadas ou interessadas;
- 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.





7)	Nível de risco residual (NRR) esperado:	Moderado
----	---	----------

Risco 08: furto de bens devido a negligência ou má-fé do responsável pela guarda e/ou utilização do bem.

1) Objetivo relacionado:

Zelar pela devida guarda e conservação do patrimônio público.

2) Possível consequência:

Prejuízo às atividades institucionais e ao erário.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Moderado
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Principal tratamento para o risco fica a cargo do setor de Segurança Patrimonial. As empresas terceirizadas de segurança e portaria devem ser orientadas pela fiscalização a solicitar o Termo de Movimentação quando houver movimentações externas de bens patrimoniais.	Executado
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:
a.	Gerar estatísticas para avaliação de tendência (ação a cargo da Divisão de Patrimônio).	31/12/2018
b.	Acompanhar a implementação das recomendações assumidas pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ação a cargo da Auditoria Interna).	31/12/2018

- 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos;
- 3.1. Seleção e desenvolvimento das atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos fixados;
- 4.2. Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do





processo às partes relacionadas ou interessadas;

- 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.
- 5.2. Comunicação de deficiências no controle interno, em tempo hábil, aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive à estrutura de governança e à alta administração, conforme aplicável.

7) Nível de risco residual (NRR) esperado:

Moderado

Risco 09: ausência de assunção da carga patrimonial no momento de mudança de gestão, em razão de não haver iniciativa dos novos gestores para realização do procedimento de transferência patrimonial.

1) Objetivo relacionado:

Realizar a transição dos bens de uso da seção na mudança do dirigente.

2) Possível consequência:

Podem ocorrer: divergências de responsabilidade no sistema, desaparecimento de bens, má alocação dos bens, retrabalho e conflitos nas movimentações.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Muito alto
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Proposição de normativo interno à autoridade competente, o qual deverá contemplar os procedimentos essenciais à realização do inventário de transferência na transição de gestão, para que as normas de realização do inventário de transferência na transição de gestão sejam cumpridas.	Em implementação
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:
a.	Comparar as nomeações com os inventários realizados.	31/07/2019





- 1.1. Conhecimento e comunicação de comportamentos e de condutas esperadas das pessoas na execução do processo;
- 1.4. Identificação do quantitativo e das competências das pessoas para o alcance dos objetivos do processo;
- 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais o processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desses riscos;
- 3.3. Definição das políticas que estabelecem o que é esperado para o processo e dos procedimentos que as colocam em prática;
- 4.2. Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do processo às partes relacionadas ou interessadas;
- 5.1. Realização de avaliação contínua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.

7)	Nível	de	risco	residual	(NRR)	esperado:
----	-------	----	-------	----------	-------	-----------

Moderado

Risco 10: falta de capacidade técnica da comissão de desfazimento em relação à natureza dos bens, devido a indicações sem considerar a expertise dos servidores.

1) Objetivo relacionado:

Atribuir destinação e disposição final adequadas aos bens móveis.

Possível consequência:

Erros nas avaliações e alienações desnecessárias.

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Alto
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Consultar a Superintendência de Gestão de Pessoas sobre as indicações, baseadas no currículo ou cargo do servidor.	A implementar
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:
a.	Comparar a quantidade de comissões em relação às consultas informadas pela Superintendência de	31/12/2019





Moderado

	Gestão de Pessoas.					
6)	Controles COSO 2013 relacionados (item 3 do Re	latório):				
•	 1.4. Identificação do quantitativo e das competências dos objetivos do processo; 	das pessoas para o alcance				
•	 2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais processo foi estruturado e utilização dos resultados obtidos no tratamento desse riscos; 					
•	3.1. Seleção e desenvolvimento das atividades de corredução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização o					
٠	 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independe e o funcionamento dos controles instituídos. 	dente para certificar a presença				

Risco 11: eventuais baixas relacionadas a bens concedidos por empréstimo, em decorrência da fragilidade de procedimentos que estabeleçam condições, prazos e sanções em caso de não devolução dos bens emprestados.

1) Objetivo relacionado:

Realocar bens patrimoniais para atender às demandas institucionais, observando o cumprimento das formalidades indispensáveis.

2) Possível consequência:

Prejuízos às atividades institucionais e ao erário.

7) Nível de risco residual (NRR) esperado:

3)	Nível de risco inerente (NRI):	Moderado
4)	Tratamento do risco:	Situação:
a.	Incluir, no Manual de Patrimônio, orientação sobre a necessidade de as áreas definirem e divulgarem política/procedimentos de empréstimo, bem como previsão para apuração de responsabilidade a quem der causa às baixas de bens concedidos por empréstimo.	Em implementação
b.	Demandar o envio de relatórios periódicos, à	A implementar





	Divisão de Patrimônio, dos bens movimentados por			
	empréstimo, conforme previsto no Manual de			
	Patrimônio, revisando, se necessário, a			
	periodicidade estabelecida para os envios.			
5)	Ações de monitoramento:	Prazo:		
a.	Comparar os relatórios periódicos com o	31/07/2019		
	inventário anual.			
6)	6) Controles COSO 2013 relacionados (item 3 do Relatório):			
	1.1. Conhecimento e comunicação de comportame	ntos e de condutas esperadas		
	das pessoas na execução do processo;			
	2.2. Identificação e análise dos riscos à realização dos objetivos para os quais			
	processo foi estruturado e utilização dos resultado			
	riscos;			
	2.2 Definică e des politices que estabolecem a que	ó congrado para o processo e		

- 3.3. Definição das políticas que estabelecem o que é esperado para o processo e dos procedimentos que as colocam em prática;
- 4.2. Transmissão das informações necessárias para apoiar o funcionamento do processo às partes relacionadas ou interessadas;
- 5.1. Realização de avaliação continua e/ou independente para certificar a presença e o funcionamento dos controles instituídos.

7)	Nível	de	risco	residual	(NRR)	esperado:

Baixo

5. APETITE A RISCOS E ESCALAS DE MENSURAÇÃO

O apetite definido pelos gestores da Pró-reitoria de Administração considerou, a partir dos dados analisados durante as reuniões, aceitáveis os riscos cuja probabilidade e impacto (ou consequência) resultam em nível "Moderado", ou seja, numa faixa de valores correspondentes à cor amarela. São descritos a seguir: as escalas adotadas, condizentes com o modelo sugerido pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria da Reitoria nº137, de 10 de março de 2017, bem como os resultados da análise dos riscos identificados.





Escalas de Probabilidade (P) e Consequência (C)

		CONSEQUÊNCIA (C)							
	PxC	1-Insignificante	2-Menor	4-Moderada	8-Maior	16-Catastrófica			
E (P)	5-Quase certo	5	10	20	40	80			
IDADI.	4-Provável	4	8	16	32	64			
PROBABILIDADE	3-Possível	3	6	12	24	48			
PRO	2-Improvável	2	4	8	16	32			
	1-Raro	1	2	4	8	16			

Legenda:

PxC	Nível do Risco
1 a 3	Baixo
4 a 8	Moderado
10 a 16	Alto
20 a 80	Extremo ou Muito alto

Resultados da análise de riscos

Risco nº	P	С	NRI	Resposta ao risco	NP	NC	NRR	PC
1	5	8	40	Tratar	3	4	12	28
2	3	8	24	Tratar	1	8	8	16
3	2	2	4	Aceitar	2	2	4	0
4	3	2	6	Transferir	1	2	2	4
5	4	8	32	Tratar	2	4	8	24
6	3	8	24	Tratar	3	2	6	18
7	2	4	8	Tratar	1	4	4	4
8	2	4	8	Transferir	1	4	4	4
9	5	8	40	Tratar	1	8	8	32
10	3	4	12	Tratar	1	4	4	8









Risco nº	P	С	NRI	Resposta ao risco	NP	NC	NRR	PC
11	2	4	8	Tratar	1	2	2	6

Sendo: P – Probabilidade; C – Consequência; NRI – Nível de Risco Inerente (P x C); NP – Nova Probabilidade; NC – Nova Consequência; NRR – Nível de Risco Residual (NP x NC); e PC – Pontuação do Controle (NRI menos NRR).

Espera-se, portanto, que 90,9% dos riscos identificados (10 de um total de 11) cheguem a um nível residual (NRR) dentro do apetite a riscos definido, isto é, na faixa dos riscos moderados (representados pela cor amarela). Todavia, o Risco nº 1 – "bens não identificados no local/espaço estabelecido no documento de carga, devido à ausência de conferência pelo responsável antes da assinatura do termo de responsabilidade" poderá não ser mitigado até a região considerada de aceitação, em razão da inviabilidade da adoção de alguns controles no atual momento ou mesmo do seu elevado custo para instituição.

Mesmo assim, é pertinente ressaltar a intenção da gestão no sentido de tratar um risco de magnitude 40 (muito alto ou extremo) para 12 (alto), por meio de ações que reduzam a probabilidade e/ou o impacto determinantes do risco. Além disso, as medidas de monitoramento consignadas poderão avaliar a eficácia do tratamento proposto e levantar oportunidades de melhorias, uma vez que o gerenciamento de riscos é um processo dinâmico e contínuo.

6. EQUIPE PARTICIPANTE

Nome	Setor				
Adriana Maria Couto Caruso	Auditoria Interna				
Cristiane Tolentino Fujimoto	Auditoria Interna / Divisão de Gestão e Avaliação dos Controles Internos				
Hillo Augusto Lopes Fernandes	Auditoria Interna / Divisão de Gestão e Avaliação dos Controles Internos				
Leandro Gomes Amaral	Auditoria Interna / Divisão de Gestão e Avaliação dos Controles Internos				
Philippe Otávio Nunes de Sá	Pró-reitoria de Administração / Divisão de Patrimônio				





Nome	Setor		
Sara Cid Mascareñas Alvarez	Pró-reitoria de Administração		
Simone Aparecida Pellizon	Pró-reitoria de Administração		
Thiago Favaro Duarte	Pró-reitoria de Administração / Divisão de Patrimônio		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações constantes do presente relatório foram obtidas com base em reuniões realizadas com os responsáveis pelo alcance dos objetivos para os quais o processo de negócio foi criado, bem como por meio de indagações orais e escritas junto a outras áreas executoras de controles da gestão patrimonial. Cabe observar que o auditor-facilitador, seguindo a metodologia de autoavaliação de controles, não realizou testes nem levantamento de evidências para confirmar as informações sobre controles fornecidas pelos gestores ao longo das oficinas.

Fica definido também que a execução do plano de ações acordado será acompanhada pela Auditoria Interna, com base nos prazos registrados no presente relatório e em documento intitulado Plano de Providências.

Santo André, 16 de julho de 2018.

Adriana Maria Couto Caruso

Gerente da Auditoria Interna

Leandro Gomes Amaral

Auditor-facilitador

Sara Cid Mascareñas Alvarez

Pró-reitora de Administração